



CONTABILIDADE E SERVIÇOS, LDA

CIRCULAR 01/2013

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2013 – PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

Lisboa, 29 de Janeiro de 2013

Estimados clientes:

Como é do conhecimento geral, o Orçamento do Estado para 2013 foi publicado no último dia do ano transacto através da Lei nº 66-B/2012.

As grandes alterações e as principais medidas de austeridade já são conhecidas através da comunicação social. É uma preocupação da Saturno há já alguns anos fazer um pequeno trabalho sobre o OE, pondo os nossos clientes ao corrente das principais alterações a nível fiscal, tanto mais que a informação é por vezes insuficiente ou mesmo errónea por parte da comunicação social.

É certo que um trabalho deste tipo acarreta muitas horas de esforço e dedicação mas é sempre com muito orgulho que disponibilizamos a quem se interessa por estes temas. Por falar em interesse, hoje em dia (fica aqui o nosso alerta) é indispensável que qualquer empresário ou gestor se interesse por estas leituras, não basta saber apenas do “seu” negócio. O conhecimento de algumas matérias pode significar o evitar de erros e, consequentemente, poupança de dinheiro.

CÓDIGO CONTRIBUTIVO

- Artº 65º/69º: taxas contributivas

A taxa contributiva dos gerentes/administradores passa a ser a mesma dos trabalhadores, ou seja, 34,75%, sendo 23,75% a cargo da entidade empregadora e 11% para o trabalhador (era 29,6% = 20,3% + 9,3%).

Esta alteração tem como contrapartida o facto de os gerentes/administradores passarem a ter direito à protecção do desemprego (“nos termos de legislação própria”, não sabemos ainda o que isso significa!).

- Artº 141º/168º: trabalhadores independentes

Os trabalhadores independentes que sejam empresários em nome individual (os que exercem uma actividade económica) passam também a ter direito a fundo de desemprego mas passam também a aplicar a taxa de 34,75% (era 29,6%).

IRS

- Artº 2º: subsídio de alimentação

Foi reduzido, pelo segundo ano consecutivo, o montante máximo do subsídio de alimentação que está isento de descontos (passa de 5,12€ para 4,27€/dia), deixou de haver qualquer majoração

para o subsídio pago em dinheiro; mantém-se a majoração de 60% para o subsídio pago através de vales de refeição.

- *Artº 25º: deduções ao rendimento do trabalho dependente*

As despesas com formação profissional deixam de poder ser deduzidas ao rendimento.

- *Artº 31º: regime simplificado*

O coeficiente de 0,70 aplicado aos rendimentos (excepto vendas, às quais aplica-se o coeficiente de 0,2) passa para 0,75, ou dito de outro modo, aumenta a tributação no regime simplificado, pois até aqui era considerado 30% para despesas e agora é apenas 25%.

- *Artº 68º: taxas gerais*

É do conhecimento que dos oito escalões passou a haver apenas 5 – o ministro chamou simplificação – há quem chame outra coisa!

- *Artº 71º: taxas liberatórias*

Sem alongar muito, vários tipos de rendimentos passam a ter uma taxa liberatória de 28% em vez de 25% (em outubro já tinha passado para 26,5%). Destacamos a distribuição de lucros, como fazendo parte desses rendimentos à taxa de 28%.

- *Artº 72º: taxas especiais*

Os rendimentos prediais são tributados autonomamente à taxa de 28%, com opção pelo englobamento aos rendimentos das outras categorias do IRS.

- *Artº 101º: retenção sobre rendimentos*

Passa a ser aplicada a taxa de retenção na fonte de 25% sobre os rendimentos prediais (era 16,5%) e sobre os rendimentos da categoria B decorrentes da tabela das profissões do CIRS (era 21,5%); mantém-se a taxa de 11,5% para os rendimentos da categoria B – actividades económicas.

SOBRETAXA EXTRAORDINÁRIA

- *Artº 187º OE: Sobretaxa em sede de IRS*

Criada a sobretaxa de 3,5% sobre os rendimentos de IRS que excedam o “ordenado mínimo” (485€).

AJUDAS DE CUSTO

- *Artº 6º DL nº106/98, de 24 de abril*

Só há direito ao abono de ajudas de custo nas deslocações diárias que se realizem para além de 20km (era 5km) do domicílio e nas deslocações por dias sucessivos que se realizem para além de 50km (era 20km).

IRC

- *Artº 67º - Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento*

Estes gastos passam a ter um limite de dedução à colecta mas sendo o limite mínimo o valor de 3.000.000€, não nos vamos alongar neste tema.

- Artº 105º - Cálculo dos pagamentos por conta

Aumento do valor dos pagamentos por conta. Para volume de negócios igual ou inferior a 500.000€ passa a ser 80% do imposto liquidado (era 70%); para volume de negócios superior a 500.000€ passa a ser 95% (era 90%).

- Artº 107º - Limitações aos pagamentos por conta

A limitação aos pagamentos por conta passa a estar limitada apenas ao terceiro (e último). Até aqui apenas era obrigatório efectuar o primeiro; a partir de agora terá de se fazer sempre dois.

IVA

- Artº 9º - Isenções nas operações internas

A isenção prevista para as transmissões de bens e prestações de serviços no âmbito das explorações agrícolas deixa de existir, passando a ser tributadas à taxa reduzida (entra em vigor a partir de 1/04/2013).

- Artº 19º - Direito à dedução

Chamamos a atenção para a alteração verificada neste domínio pois pode significar um grave prejuízo para os contribuintes quando não forem cumpridas as regras nos casos em que a obrigação de liquidação do iva compete ao adquirente dos bens e serviços. Passa a ser apenas dedutível o imposto liquidado correctamente (pelo adquirente) – falamos, entre outros, do sector da construção civil. (a Saturno tem alertado várias vezes para esta situação)

- Artº 78 – Regularizações

Foi alterado o regime de regularização do iva em créditos incobráveis, tendo sido aditados 4 novos artigos 78-A, 78-B, 78-C e 78-D.

REGIME DE BENS EM CIRCULAÇÃO

As alterações previstas neste regime entram apenas em vigor no dia 1 de maio de 2013.

Com as alterações agora introduzidas, prevê-se a dispensa de comunicação prévia dos documentos de transporte, quando o destinatário não seja conhecido na altura da saída dos bens ou quando houver alterações durante o transporte ou quando não houver aceitação dos bens transportados – a comunicação deve ser efectuada por inserção no portal das finanças, até ao 5º dia útil seguinte ao do transporte.

Muito importante: é introduzida a dispensa de comunicação dos documentos de transporte quando a factura sirva também de documento de transporte e seja emitida por sistemas informáticos; claro que, nestes casos, a circulação dos bens deve ser acompanhada da respectiva factura.

DECRETO-LEI nº 198/2012, de 24 de agosto

- Artº 3º - Comunicação dos elementos das facturas

A comunicação passa a ser até ao dia 25 do mês seguinte e não até ao dia 8.

IMI

- Artº 120º - Prazo de pagamento

O imposto deve ser pago em duas prestações quando for superior a 250€ e igual ou inferior a 500€ ou em três prestações (abril, julho e novembro) quando for superior a 500€.

LGT – Lei Geral Tributária

- Artº 19º - Domicílio fiscal

É estabelecido um prazo de 30 dias para comunicação da caixa postal electrónica à Administração Tributária.

- Artº 63º-A – Informações relativas a operações financeiras

Os contribuintes estão obrigados a declarar as contas de depósitos ou de títulos em instituições financeiras não residentes em território nacional ou em sucursal localizada fora do território português de instituição financeira residente.

R.G.I.T. (Regime Geral das Infracções Tributárias)

- Artº 106º - Fraude contra a segurança social

É reduzido o limite de 7500€ para 3500€ a partir do qual se considera fraude contra a segurança social as condutas das entidades empregadoras, dos trabalhadores independentes e dos beneficiários.

Conclui-se a apresentação do Orçamento de Estado para 2013.

Recomenda-se a sua leitura atenta pois são minutos ganhos (e não perdidos) e após essa leitura cá estaremos a responder a dúvidas que tenha.

Esperamos que, com este trabalho, V.Exas. fiquem devidamente informados do panorama fiscal português.

Não deixe de consultar o nosso sítio na net www.saturno.pt encontrando muita informação útil na área exclusiva.

Bons negócios!

Com os melhores cumprimentos.

A.Pereira